

# Os primórdios da Universidade de São Paulo

Macioniro Celeste Filho\*

## **Resumo:**

A criação da Universidade de São Paulo (USP) no início da década de 1930 comportou disputas de projetos quanto à sua organização. A Escola Politécnica de São Paulo pretendia tornar-se o núcleo da futura instituição. No entanto, a opção adotada em 1934 atribuiu essa incumbência à recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Isso provocou forte reação das antigas unidades profissionalizantes incorporadas à universidade, em especial na Escola Politécnica. O atual trabalho pretende acompanhar os conflitos entre a Escola Politécnica e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nos tumultuados primórdios da USP.

## **Palavras-chave:**

*Escola Politécnica; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Universidade de São Paulo; sistema de cátedras; Teodoro Ramos.*

---

\* Doutor em educação, com área de especialização em história da educação, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

# The beginning of São Paulo University

Macioniro Celeste Filho

**Abstract:**

The foundation of São Paulo University, in the beginning of the decade of 1930, suffered disputes of projects for its organization. The São Paulo Polytechnic School intended to become the nucleus of the coming institution. Meanwhile, the option adopted in 1934 imputed this duty to the newly created Faculty of Philosophy, Sciences and Literature, which provoked a strong reaction of the early professionalizing units that were connected to the university, specially in Polytechnic School. The present text intends to study the conflicts between São Paulo Polytechnic School and Faculty of Philosophy, Sciences and Literature during the tumultuous beginnings of São Paulo University.

**Keywords:**

*Polytechnical School; Faculty of Philosophy, Sciences and Literature; São Paulo University; cathedra system; Teodoro Ramos.*

Os primórdios da Universidade de São Paulo (USP) foram turbulentos. Existiu, por breve momento, entre 1932 e 1934, a possibilidade da Escola Politécnica de São Paulo transformar-se em núcleo da futura universidade estadual de São Paulo. Não foi este o projeto a ser implantado em 1934. A opção de que a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fosse a unidade a dar coesão à USP provocou forte reação das antigas unidades profissionalizantes, em especial na Escola Politécnica. O atual trabalho pretende acompanhar os conflitos entre estas duas unidades na nascente Universidade.

A criação de universidades no Brasil, tema debatido desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX no país, destacadamente na década de 1920, tem sua configuração articulada em 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras. Um dos motivos de conflito na nascente universidade da década de 1930 era como equacionar sua organização. Manteria-se o sistema de cátedras? A criação de uma unidade nova, incumbida da coesão universitária, poderia arejar ou aperfeiçoar o sistema de cátedras? Em quais unidades da universidade deveriam permanecer ou serem alocadas as cátedras básicas de ciência?

Para entender o sistema de cátedras, recorreu-se à bibliografia sobre o assunto. Entre outros estudos, existem dois trabalhos fundamentais sobre sistema de cátedras. A dissertação de mestrado de Helena Coharik Chamlian (1977) com o título de *O departamento na estrutura universitária*. E o texto de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2001) intitulado “Da cátedra universitária ao departamento: questões para um debate”.

O trabalho de Helena Coharik Chamlian tem a vantagem de ter sido escrito quando a Reforma Universitária de 1968 ainda era recente e o sistema de cátedras havia desaparecido há poucos anos. A autora afirma que a descrição do sistema de cátedras, desde o modelo da Universidade de Coimbra até a década de 1960, deveria ser apenas parte introdutória do texto. Porém, a análise do sistema de cátedras adquiriu, durante a pesquisa, importância crucial. A autora divide seu trabalho em duas partes. A primeira parte analisa a cátedra e suas características na estrutura tradicional do ensino superior brasileiro; assim como as mudanças

ocorridas no período final de sua existência. A segunda parte investiga o surgimento dos departamentos antes da Reforma Universitária e a concepção de departamento que foi consagrada nos dispositivos legais desta reforma. Nas considerações finais, Helena Coharik Chamliam descreve casos concretos da implantação dos departamentos em alguns estabelecimentos de ensino superior até meados da década de 1970. O trabalho desta autora possibilita a compreensão detalhada do sistema de cátedras existente nas universidades brasileiras até 1968.

O trabalho de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero é sintético. Embora busque as origens da cátedra no ensino superior brasileiro desde o século XIX, a autora dedicará maior atenção aos seus últimos trinta anos de existência. Neste texto, é abordada a luta pela constituição da carreira do magistério em paralelo às críticas ao sistema de cátedras. A autora analisa os artigos vetados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 que tratavam do tema, resultando então no fim da obrigatoriedade das cátedras no ensino superior brasileiro. Maria de Lourdes Fávero trata da convivência no ensino superior brasileiro, na década de 1960, entre os dois sistemas: de cátedras e de departamentos. A autora encerra seu texto com a descrição da institucionalização do sistema departamental no final da década de 1960. Seu texto é fundamental para compreender a importância das cátedras de ciência básica e sua conseqüente disputa por unidades diferentes da universidade em seus primeiros anos de existência.

No século XX, a primeira reestruturação importante na configuração do ensino superior brasileiro acontece em 1931 com a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, também conhecida como Reforma Francisco Campos.

Em relação à cátedra, o Estatuto [de 1931] ratifica o professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente e coloca em termos de exigência para o provimento no cargo o concurso público de títulos e provas. Prevê, também, a nomeação de professor sem concurso, no caso de candidato insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor [Fávero, 2001, p. 225].

O Estatuto das Universidades Brasileiras, ao manter a cátedra, acarreta um adiamento na criação de uma carreira para o magistério superior. Os diversos auxiliares do catedrático, quer sejam chefes de clínica, chefes de laboratórios, assistentes ou auxiliares de ensino deveriam ser de confiança do respectivo catedrático. Eram por ele escolhidos e sua permanência no cargo, dele quase sempre dependia. A ascensão na carreira dos assistentes e auxiliares estava calcada na vontade do catedrático, em decisões às vezes tendenciosas e eivadas de autoritarismo. Década e meia depois, a Constituição de 1946 consagra três aspectos no sistema de cátedras. Segundo a Carta Magna, o provimento das cátedras se dará por concurso de títulos e provas, ela será a garantia da liberdade de ensino e será vitalícia (Fávero, 2001, pp. 226-227).

A reforma do ensino superior de 1931 possibilitou que as universidades criadas nos anos seguintes adaptassem, em termos de estrutura administrativa e didática, diversas práticas há muito tempo em vigor nas escolas isoladas oficiais. O ensino superior na década de 1930, na maior parte das vezes, não visou instituir universidades inteiramente novas, mas incorporar os institutos isolados aos novos organismos a serem criados. Isso provocou um longo processo de marchas e contramarchas em prol da integração das velhas instituições nas novas universidades.

As escolas tradicionais, aparentemente, sempre tiveram uma atitude de ambivalência em relação ao novo regime: de uma parte sempre se interessaram por elevar-se ao novo “status” universitário, em virtude do prestígio das novas instituições, da maior facilidade em obtenção de verbas etc, mas, de outra parte, algumas delas resistiram sempre a qualquer medida destinada a romper o seu tradicional isolamento e a efetivamente incorporá-las ao complexo universitário [Antunha, 1974, p. 75].

Uma das soluções encontradas na década de 1930 para a constituição da universidade, marcadamente em São Paulo, foi a criação de uma unidade central, de caráter não profissional, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na qual seriam reunidas todas as cátedras de ensino de tópicos gerais, até então dispersas pelas diversas faculdades profissionais.

Neste trabalho, não será possível tratar da estruturação das várias universidades surgidas no país desde a década de 1930, optando-se então em usar como referência a Universidade de São Paulo. No caso específico da USP, sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras possibilitou uma flexibilização na rigidez do sistema de cátedras com a contratação em caráter temporário de professores estrangeiros.

Nesses primeiros tempos, o rígido regime de cátedras foi, em grande parte, colocado de lado com a efetivação do sistema de contrato de mestres estrangeiros. Ao contrário do que ocorria com as demais escolas, que possuíam professores catedráticos – vitalícios e inamovíveis – a nova Faculdade pode dispor, durante muito tempo, de um corpo de professores, relativamente jovens, sem intenções de perpetuação nas funções para as quais haviam sido contratados, porém com profundas ambições de natureza intelectual. Isto redundou, sem dúvida, num arejamento do sistema e, ao mesmo tempo que levantou críticas e objeções, trouxe à Universidade um novo espírito, marcado por um certo “cosmopolitismo”, bem como por um intenso dinamismo e pela produtividade intelectual. Na verdade, a intenção dos fundadores da USP era a de fazer com que a influência da missão estrangeira ultrapassasse os limites da própria Faculdade de Filosofia, desbordando para as outras escolas, contribuindo assim para reformar a Universidade como um todo [Antunha, 1974, p. 108].

A transferência das cadeiras de ensino de tópicos gerais das diversas escolas profissionais da USP, como matemática ou química, por exemplo, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não se concretizou. O argumento frequentemente utilizado para evitar isto era diferenciar a formação de um cientista da preparação de um profissional. O profissional desenvolvia um saber técnico, enquanto a ciência não tinha finalidade de aplicação prática. Portanto, deveria impor-se a separação didática entre um cientista da área da física e um engenheiro, por exemplo. A última tentativa de transferência das cadeiras básicas da USP para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocorreu em 1937. Para tanto, Armando de Sales Oliveira – interventor que governava São Paulo – nomeou Alexandre

Albuquerque para a direção da Escola Politécnica, com a incumbência de que as cadeiras das disciplinas fundamentais devessem ser desagregadas desta escola para serem exclusivas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tal mudança afetaria posteriormente todas as demais faculdades tradicionais e não apenas a Escola Politécnica. Esta transferência de cátedras impossibilitaria a total autonomia curricular das unidades tradicionais da USP na formação profissional de nível superior. Caso a transferência ocorresse, os catedráticos oriundos da Escola Politécnica trabalhariam lado a lado com os professores estrangeiros contratados em caráter temporário pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na década de 1930, seria duvidosa a submissão dos professores estrangeiros à rígida hierarquia catedrática das tradicionais escolas profissionais que formaram a USP. Nesse cenário, a Congregação da Escola Politécnica, contrariando seu diretor, recusa-se a aprovar a transferência das cadeiras básicas para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, opondo-se a qualquer tentativa do Conselho Universitário neste sentido.

Heladio Antunha, Beatriz Fétizon e Bruno Bontempi Jr., em seus respectivos trabalhos sobre a USP, abordaram os conflitos entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Politécnica. No entanto, estes autores enfocaram privilegiadamente o papel da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) em relação à organização da USP. Em seus importantíssimos textos, as outras unidades da universidade foram tratadas secundariamente.

Ana Paula Hey e Afrânio Mendes Catani sintetizaram a reação que os professores contratados para a FFCL provocaram na comunidade intelectual de São Paulo:

Por uma gama de motivos, o modelo concebido originalmente para a FFCL jamais se implementou nesses termos. Beatriz Fétizon (1986) realiza um inventário das razões desse insucesso. Entendemos que Irene Cardoso (1982) fornece explicação abrangente a respeito. A partir da entrevista com Roger Bastide constatou-se que havia um clima hostil à missão francesa por parte dos católicos, “que julgavam os professores de esquerda; por parte das escolas profissionais, que achavam que o Brasil não precisava de humanismo,

mas de técnicos para o seu progresso econômico; por parte dos integralistas, que defendiam um nacionalismo de direita e julgavam dispensável a presença de professores franceses na Faculdade. Conforme entrevista com Cruz Costa, o jornal *A Gazeta* teria combatido intensamente a Universidade, especialmente a vinda de professores franceses para a Faculdade. [...] A reação das faculdades profissionais da própria Universidade expressa nos debates do Conselho Universitário, contra a idéia da integração naquela Faculdade de todas as cadeiras de conteúdo não profissionalizante da Universidade” [Hey & Catani, 2006, p. 302].

Para esclarecer os motivos dessas reações, é apropriado atentar um pouco mais à dinâmica da disputa entre a FFCL e a Escola Politécnica. Os embates entre a Escola Politécnica e a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelas cátedras de ciência básica têm por personagem central o professor Teodoro Augusto Ramos. Nascido em 1895, um ano depois da criação da Escola Politécnica, era professor concursado nesta instituição desde 1922. Em 1929, Rodolpho Baptista de São Thiago, diretor da Escola Politécnica, planejando que esta Escola se configurasse como raiz da universidade a ser criada em São Paulo, envia questionário aos catedráticos da Escola Politécnica como forma de colher idéias sobre este projeto. Teodoro Ramos, em viagem de estudos à Europa, envia carta em 19 de agosto de 1929 afirmando que:

Caso a Escola Politécnica de São Paulo venha a fazer parte de uma organização universitária, as questões de caráter didático e administrativo referentes ao ensino nela professado deverão ser resolvidas pela sua congregação.

[...]

A criação imediata de uma Faculdade de Letras e o aperfeiçoamento da nossa Escola Politécnica de modo a dar-lhe uma organização semelhante, em muitos pontos, à que possuem as universidades técnicas alemãs, poderiam talvez constituir medidas sobre as quais se assentaria em São Paulo, mais tarde, uma sólida universidade [Escola Politécnica de São Paulo, 1937, pp. 101-102].



Antes da sondagem executada em 1929 pelo diretor da Escola Politécnica de São Paulo, no inquérito sobre o ensino realizado por Fernando de Azevedo em 1926 para o jornal *O Estado de S. Paulo*, embora cogitasse na criação de uma Faculdade de Filosofia e Letras, Teodoro Ramos afirmava que os futuros cursos científicos deveriam ser integrados à Escola Politécnica. Ainda em 1926, não questionava o papel privilegiado a ser desempenhado pelas tradicionais congregações na formação das universidades:

No que diz respeito especialmente à instrução superior, penso que contrariamente ao que tem sido praticado pela União, a questão da orientação do ensino deveria ser, de preferência, discutida e resolvida pelas congregações das escolas superiores.

[...]

Penso que, inicialmente, poderia o governo do Estado criar uma Faculdade de Filosofia e Letras, um Instituto de Educação e alguns cursos superiores de matemática, física e química anexos à Escola Politécnica, cujos laboratórios seriam completados [Azevedo, 1937, p. 402 e p. 409].

Após a tomada do poder federal por Getúlio Vargas, esse posicionamento e a atuação de Teodoro Ramos como secretário da Educação e Saúde Pública do estado de São Paulo desde novembro de 1930 garantiram ao professor o apoio da direção da Escola Politécnica para que compusesse, em companhia de Carlos Chagas e de Figueira de Mello, a comissão encarregada de elaborar o Estatuto das Universidades Brasileiras, ainda nos primeiros meses do Governo Provisório. Assim, no início de 1931, um engenheiro, um médico e um advogado redigiram o primeiro Estatuto para a criação das universidades no Brasil (Escola Politécnica de São Paulo, 1937, p. 101). O estatuto foi editado como decreto n. 19.851 em 11 de abril de 1931.

Um ano depois, em 18 de abril de 1932, a Escola Politécnica de São Paulo é autorizada pelo decreto federal n. 21.303 a constituir-se como Universidade Técnica de São Paulo. Porém, este decreto não concede

completa autonomia ao Estado de São Paulo na organização da futura universidade, nem era esse o propósito do Estatuto das Universidades Brasileiras. Em seu primeiro artigo, o decreto n. 21.303 estabelecia que:

Os estatutos da Universidade, de que trata este artigo [1º.], logo que as condições financeiras do Estado de São Paulo permitirem a sua organização completa, deverão ser submetidos à aprovação do Governo Federal.

O decreto estabelecia que a Escola Politécnica de São Paulo passasse a apresentar anualmente ao governo federal relatório orçamentário e de suas atividades didáticas:

Nos termos deste artigo [3º.], o Governo do Estado de São Paulo apresentará anualmente, ao Governo Federal, relatório circunstanciado sobre a atividade didática e a situação financeira da Escola Politécnica de São Paulo.

Tal aspecto da lei demonstra a intenção de constituir um sistema universitário onde possíveis universidades estaduais tivessem que prestar contas ao governo federal. Ao mesmo tempo em que autorizava a transformação da Escola Politécnica de São Paulo em universidade, também estabelecia premissas inéditas de controle federal sobre esta Escola. Isso talvez tenha favorecido a que o governo do estado optasse pela criação da USP por outros caminhos.

No primeiro trimestre de 1933, Teodoro Ramos exerceu o cargo de prefeito de São Paulo. Ao término do terceiro mês de sua administração, demite-se do cargo por divergir da política de gastos e obras públicas. Em sua carta de demissão, recomenda a suspensão de “todas as obras públicas adiáveis” e a paralisação “do início de obras, salvo as de urgente necessidade para São Paulo”. Afirmava ainda que sua administração, entre outros fatores, se caracterizara pela defesa de uma regulamentação dos serviços públicos e pela preocupação de só realizar as obras de necessidade urgente para São Paulo (FGV-CPDOC, Teodoro Ramos, 2001). Talvez estejam na passagem de Teodoro Ramos no cargo de Prefeito de São Paulo os motivos de sua progressiva ruptura com a Escola Politécnica

de São Paulo. É hipótese plausível que em sua breve experiência como prefeito, em choque com executores de obras públicas, Teodoro Ramos tenha se indisposto com engenheiros e escritórios de engenharia encarregados dessas obras. Tais profissionais eram provavelmente oriundos da Escola Politécnica de São Paulo, ou, ao menos, com fortes laços de sociabilidade com membros dessa instituição.

Em 1934, quando da criação da USP, Armando Sales de Oliveira – interventor do Estado e engenheiro formado pela Escola Politécnica – opta pelo projeto idealizado por seu cunhado Julio de Mesquita Filho em parceria com Fernando de Azevedo, Paulo Duarte e Teodoro Ramos<sup>1</sup>. Esse projeto concebia a USP tendo como unidade aglutinadora da instituição a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e não a Escola Politécnica. Teodoro Ramos, catedrático da Escola Politécnica, é nomeado como primeiro diretor da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Ainda em 1934, Teodoro Ramos é incumbido por Armando Sales de Oliveira de viajar à Europa para convidar professores estrangeiros para trabalhar na nascente USP.

Os conflitos entre a Escola Politécnica e a FFCL têm como ponto inicial a contratação do matemático italiano Luigi Fantappié para a cadeira de complementos de geometria analítica, cálculo diferencial e integral e nomografia, mais conhecida como cátedra de cálculo. Para tanto, o concurso para esta cadeira, em litígio desde o final de 1933, teve que ser suspenso por Armando de Sales Oliveira<sup>2</sup>. O convite feito a Luigi Fantappié em 1935 para que lecionasse cálculo simultaneamente aos alunos da FFCL e da Escola Politécnica teve repercussão negativa entre os professores da Politécnica. Em discursos na Assembléia Legislativa de São Paulo Mariano Wendel, deputado estadual pelo PRP e profes-

- 
1. Para uma análise da atuação desse grupo de intelectuais no processo de criação da USP, veja o trabalho de Fernando Limongi (1989) intitulado “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo” e também o livro de Irene Cardoso (1982): *A universidade da comunhão paulista*.
  2. José Otávio Monteiro de Camargo – professor aprovado em concurso em 1933 para a cadeira de Cálculo –, em seu livro citado na bibliografia, relatou a trajetória judicial bem-sucedida na década de 1930 para a recuperação dessa cátedra.

sor licenciado da Escola Politécnica, ataca duramente Teodoro Ramos (Wendel, 1935, pp. 1-24).

Em 1937, o confronto entre a Escola Politécnica e a FFCL atinge seu apogeu. Até esse ano, alunos da Politécnica e da FFCL tinham aulas comuns em cadeiras de ciência básica. Com a pressão para que estas cadeiras fossem agrupadas na FFCL, o conflito entre as duas unidades da USP eclode. Em 30 de agosto de 1937, Alexandre Albuquerque – diretor da Escola Politécnica – e Altino Antunes sancionam o parecer do Conselho Universitário da USP para que a cátedra de cálculo, a cátedra de mecânica racional, a cátedra de Física e parcialmente a cátedra de mineralogia sejam transferidas da Escola Politécnica para a FFCL. A Faculdade de Farmácia e Odontologia deveria transferir para a FFCL as cadeiras de física aplicada à farmácia, botânica aplicada à farmácia, parcialmente a cátedra de zoologia e a cátedra de química orgânica. A Faculdade de Medicina Veterinária deveria transferir para a FFCL parcialmente as cátedras de química orgânica e de zoologia médica (Escola Politécnica de São Paulo, 1937, pp. 169-170).

Sucessor de Teodoro Ramos na direção da FFCL, Ernesto de Souza Campos publica entre 9 e 16 de setembro de 1937 no jornal *O Estado de S. Paulo* três artigos onde explicita seu voto favorável no Conselho Universitário da USP para que as cadeiras de ciência básica das diversas unidades da Universidade fossem agrupadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em sua argumentação, Souza Campos defende que a universidade só merece este nome quando é foco de cultura, isto é, divulga a ciência adquirida e cria ciência nova. Nessa perspectiva:

Sem laboratórios bem montados e bem aparelhados, instituídos sob o regime de tempo integral e da investigação original não se faz ciência. Sem tais elementos pode-se obter apenas uma simulação de cursos científicos. Não chegamos, porém, a ponto de podermos possuir, nem mesmo em duplicata, grandes institutos de ensino que são de aparelhamento caro, difíceis de organizar, manejar e manter, e dos quais ainda não possuímos entidades capazes de se por em paralelo com as melhores do mundo. Concentremos, pois, os nossos esforços a fim de nos ser possível atingir o nível desejável.

Tal concentração, porém, só pode ser feita na Faculdade de Ciências. Esta Faculdade abrange não só a física e a matemática, que mais se relacionam com a Escola Politécnica, como ainda compreende outros assuntos, tais como: zoologia, botânica, biologia geral etc. Se fôssemos reunir os departamentos de física e matemática à Escola Politécnica, teríamos de fazer outro tanto com a zoologia, a botânica e a biologia, em relação a diversas outras instituições da nossa Universidade, que com igual direito poderiam pleitear a incorporação destes cursos aos seus domínios, como a Faculdade de Medicina, a de Medicina Veterinária ou a Escola Agrícola etc. Desaparecida, pois, entre nós, a Faculdade de Ciências, instituição que desde os primórdios das organizações universitárias existe em todas as partes do mundo. Com tal deliberação seria extinta a nossa Universidade, pois que para tal título se exige que haja – Plano Nacional de Educação – pelo menos três escolas superiores, devendo uma delas ser fatalmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [Escola Politécnica de São Paulo, 1937, pp. 165-166].

É importante ressaltar que o diretor da FFCL faz referência aos futuros “departamentos” de física e matemática, por exemplo, e não mais às respectivas cátedras.

A Congregação da Escola Politécnica, contrariando seu diretor, nega-se a transferir as cadeiras de ciência básica para a FFCL. A argumentação apresentada pela Congregação da Escola Politécnica é a de que a especialização moderna torna necessário um ensino também especializado:

O professor de ciências fundamentais na escola de engenharia e o professor dessas mesmas ciências na faculdade de filosofia estão hoje, em conseqüência do avanço da técnica e do progresso científico, na obrigação de ensinarem disciplinas diversas (em quantidade, qualidade, métodos e orientação, como nas matemáticas, em escala maior ou menor). De tal modo diversas que correspondem a formações distintas.

E o problema é este: é possível ao que recebeu uma das formações, satisfazer ao que é requerido pela outra?

[...]

Transferido o ensino da matemática para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo concede apenas à Escola Politécnica a elaboração de programas. O professor, esse, é recrutado pela Faculdade de Filosofia e segundo a orientação própria desta – a pesquisa em ciência pura. É justamente isso que *não basta*; a Escola Politécnica, na defesa da formação dos seus engenheiros, necessita ter o direito de conservar sob sua alçada a escolha dos seus professores de matemática, para os quais *não basta ser matemático*.

[...] Não repugna mesmo supor o poder encontrar-se professores capazes de bem desempenhar a sua missão, simultaneamente, na Faculdade [de Ciências] e na Escola [Politécnica]. O que repugna em absoluto é admitir-se que, pelo motivo de suas qualidades corresponderem ao que lhe pede a Faculdade de Ciências, a Escola Politécnica tenha de se dar por satisfeita no que lhe diz respeito. Seria simplesmente absurdo [Escola Politécnica de São Paulo, 1937, pp. 29-32, grifos do original].

A Congregação da Escola Politécnica utiliza o Estatuto das Universidades Brasileiras como argumento jurídico para não acatar a decisão do Conselho Universitário da USP:

Desse marcado retrocesso conseguirá escapar a Escola Politécnica e, por conseqüência, a própria Universidade, com a simples observância do princípio da “autonomia das congregações”, parte integrante do regime universitário e, como tal, constituindo disposição essencial do Estatuto das Universidades Brasileiras [Escola Politécnica de São Paulo, 1937, p. 40].

Em seu artigo 44, o estatuto assegurava que a centralização das disciplinas fundamentais num único instituto universitário dependia da aprovação das congregações das unidades envolvidas nesse processo. Assim:

*A lei não autoriza a modificação sem o assentimento da Escola Politécnica, e esta, pela sua Congregação, lhe nega o assentimento* [Escola Politécnica de São Paulo, 1937, p. 42, grifos do original].

Esse conflito chega ao Conselho Nacional de Educação (CNE). É que a Escola Politécnica de São Paulo tem informações de que o CNE pretende modificar o artigo 44 do Estatuto das Universidades Brasileiras, apontado como responsável pelo fracasso da criação da universidade no país (Escola Politécnica de São Paulo, 1937, p. 131). Para evitar mudanças no estatuto, a Escola Politécnica de São Paulo organiza atuação em conjunto com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica da Bahia, a Escola de Minas de Ouro Preto e a Escola de Engenharia de Belo Horizonte para pressionar o CNE a não mudar o estatuto no que se refere à autonomia das congregações universitárias (Escola Politécnica de São Paulo, 1937, p. 132). O movimento é bem-sucedido. As cadeiras de ciências básicas não são transferidas, ao menos na USP, para a FFCL.

A Escola Politécnica de São Paulo pretendia que a coesão universitária fosse incumbência dela. Sua proposta é de que as disciplinas de ciência básica fossem concentradas na Escola Politécnica nos dois primeiros anos curriculares dos cursos da universidade. A partir do terceiro ano, os futuros engenheiros continuariam nesta Escola. Os demais poderiam cursar três anos complementares na FFCL, incumbida de formar doutores, isto é, pesquisadores e cientistas (Escola Politécnica de São Paulo, 1937, pp. 126-127). A proposta da FFCL era exatamente o oposto. Nenhuma das duas unidades da USP conseguiu implantar seu projeto. Mantiveram ou criaram, então, estruturas curriculares paralelas.

Um dos resultados desse confronto foi a expulsão dos cursos ministrados pela FFCL de espaços que pertencessem à Escola Politécnica.

As escolas profissionais encontravam-se, de um modo geral, instaladas com um certo conforto, porém localizadas em pontos distantes umas das outras, em diferentes lugares da cidade. A Faculdade de Filosofia não possuía qualquer edifício próprio e o seu destino nos primeiros tempos foi dispersar-se, localizando suas secções em diversos edifícios e mudando várias vezes de um lugar para outro [Antunha, 1974, pp. 120-121].

Até 1937, vários cursos da FFCL ocorriam em salas de aula e laboratórios da Escola Politécnica. A expulsão destes cursos de espaços da

Escola Politécnica e a negativa de sua congregação para que as cadeiras básicas fossem transferidas para a FFCL marcam o fim das primeiras tentativas para se conseguir a integração universitária da USP. Em dezembro de 1937, aos 42 anos de idade, morre Teodoro Ramos, primeiro diretor da FFCL. Com ele, sucumbe também a tentativa de integrar a universidade tendo como seu núcleo a FFCL. As diversas unidades da USP continuariam a se manter isoladas por muito tempo.

Nos primórdios da criação da USP, a Escola Politécnica de São Paulo pretendia ser o núcleo da nascente universidade. A Escola Politécnica não teve força bastante para impor-se como tal, mas teve força suficiente para impedir que qualquer outra unidade da USP ocupasse essa função. Dos conflitos desse período surge a universidade brasileira que conhecemos, sem coesão e predominantemente conglomerada em torno de suas unidades profissionalizantes. A Reforma Universitária da década de 1960 tentou reverter tais características. É então proposta a possibilidade de uma universidade mais integrada, com a substituição das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras por Institutos de Ciência; extingue-se definitivamente nessa reforma o sistema de cátedras, mas essa é outra história.

## Referências bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974.

AZEVEDO, F. de. *A educação pública em S. Paulo – inquérito para O Estado de S. Paulo*, em 1926. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

BONTEMPI JR., B. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da Universidade de São Paulo entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAMARGO, J. O. M. de. *O “caso” da Escola Polytechnica*. Acção especial para invalidar actos da administração do Estado. Razões finais do autor pelo



advogado Percival de Oliveira. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

CARDOSO, I. de A. R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CELESTE FILHO, M. *A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo – década de 1960*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHAMLIAN, H. C. *O departamento na estrutura universitária*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

DECRETO n. 21.303, de 18 de abril de 1932. Autoriza a criação da Universidade Técnica de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 12 maio 2006.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SÃO PAULO. *Um conflicto entre a Congregação da Escola Polytechnica e o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo perante o Conselho Nacional de Educação*. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

FÁVERO, M. de L. de A. Da cátedra universitária ao departamento: questões para um debate. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. (orgs.). *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001. (Trabalho originalmente apresentado em setembro de 2000 na 23ª Reunião Anual da ANPED, constando do CD-ROM dos anais.)

FÉTIZON, B. A. de M. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Teodoro Ramos. *Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001. 1. CD-ROM.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, M. C. (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006.

LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989.

WENDEL, M. de O. *O “caso” da Escola Poyitechnica de São Paulo*: discursos pronunciados pelo deputado Mariano Wendel na Assembléia Legislativa do Estado. São Paulo: s.ed., 1935.

Endereço para correspondência:

Macioniro Celeste Filho

Av. Paes de Barros, 1.252, ap. 22

São Paulo-SP

CEP 03114-000

E-mail: [marcio.celeste@uol.com.br](mailto:marcio.celeste@uol.com.br)

Recebido em: 21 nov. 2007

Aprovado em: 24 mar. 2008